

Responsabilidade Social Empresarial e o Espaço Urbano

Thiago Adriano Machado¹ e Ana Cristina Fernandes²

Depto. de Ciências Geográficas

UFPE

Introdução

O último quarto do século XX foi permeado por mudanças consideráveis, geradas por uma crise de acumulação capitalista que induziu a novos arranjos institucionais e espaciais, cujos desdobramentos terminaram por conduzir ao desencadeamento da atual crise financeira. A estrutura organizacional da produção fordista foi substituída pela especialização flexível, marcada pela multilocalização da produção e a articulação desta em redes. Deste cenário emergiu como protagonista a grande corporação transnacional, responsável por uma articulação produtiva e de poder em nível global, fortalecida pelo uso do aparato tecnológico desenvolvido no novo modo de desenvolvimento informacional (Castells, 1999). Tal aparato propiciou o processo de expansão assim como a consolidação da divisão de trabalho das corporações em escala mundial, com o apoio do Estado, que se responsabilizou pela flexibilização dos códigos trabalhistas e tributários obedecendo aos interesses das empresas de aumentar a produção, diminuindo os custos. Tal processo promoveu concentração de mercado, redução do emprego e indução à competição dos lugares por atração de investimentos externos e à exaltação da importância da escala local nas políticas estratégicas para a absorção dos fluxos econômico-financeiros globais (Fernandes, 2001).

Nesse contexto, observou-se o enfraquecimento do Estado nacional como o outro lado da mesma moeda que mostra o fortalecimento das relações local-global. Novas governanças se estabeleceram, flexibilizaram-se as relações capital-trabalho e os códigos que regulam a circulação de capitais entre as nações, enquanto atividades não-estatais e novas estratégias urbanas foram postas a operar em favor da criação de novos vínculos entre o espaço local e o capital transnacional e de novas formas de associação entre atores diversos como as corporações, os líderes políticos e econômicos locais e os organismos multilaterais.

Nesse quadro esboçado, as empresas, principalmente as grandes corporações transnacionais, a fim de se legitimarem localmente tendo em vista os desequilíbrios que provocam no mercado de trabalho, no meio ambiente e na dinâmica econômica locais, passaram a incorporar um conteúdo novo a suas missões clássicas de produção de riqueza e geração de lucros

¹ Graduando do Curso de Bacharelado em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco

² Professora do Depto. de Ciências Geográficas da UFPE e pesquisadora do CNPq.

acima da média. Passam a figurar no portfólio destas corporações ações de cunho social que incluem a gestão de parte da demanda social originada da recessão e desemprego ocasionados pela própria expansão global das empresas, e das soluções à crise que adotam, ações estas facilitadas pela frágil legitimidade dos partidos tradicionais e da burocracia sindical, assim como pela persuasão do argumento do chamado pensamento único, particularmente na última década do século XX. A chamada *responsabilidade social empresarial* (RSE) se consolida assim na empresa contemporânea como ferramenta imprescindível para a estratégia empresarial, particularmente aquelas que operam globalmente. Apresentando características diversas, a compreensão da RSE não é consensual, e se difunde sobre um território fragmentado. Sendo as cidades que ocupam posições mais elevadas da hierarquia urbana global aquelas mais bem dotadas para atrair investimentos produtivos das grandes empresas, as ações empresariais de responsabilidade social encontram-se igualmente concentradas nos principais centros urbanos, inclusive dos países em desenvolvimento.

O presente trabalho pretende compreender esse novo componente da atividade corporativa num mundo em constante mutação, incluindo a organização espacial das atividades de RSE, suas motivações e implicações, assim como as políticas urbanas articuladas com o intuito de proporcionar um ambiente atrativo para essas empresas.

Mudanças recentes no ambiente econômico-institucional do capital

Na segunda metade do século XX, o mundo passa por mudanças expressivas associadas à emergência de nova fase na evolução do capitalismo, associada à redução das taxas de produtividade, elevação do rendimento dos salários e da inflação nos países centrais, ao rompimento unilateral do acordo de Bretton Woods por parte dos Estados Unidos e à crise do petróleo na década de 1970³. A resolução da crise sistêmica deste período exigiu mudanças nos parâmetros de funcionamento econômico-institucional do regime fordista, as quais passam a ser conduzidas nos países centrais – especialmente nos Estados Unidos e Inglaterra – por setores políticos conservadores que alcançam legitimidade para implantar reformas importantes nos anos

³ Como se sabe, no pós-Segunda Guerra, a geopolítica favorável aos Estados Unidos integrou capitais de diversos países para alimentar o capital industrial norte-americano por meio do Plano Marshall. O regime de acumulação fordista, que se estabelece como predominante nessa época, concentrava a produção e a mão-de-obra nas proximidades do mercado consumidor, atribuía ao Estado nova e ampliada função estabilizadora anti-cíclica fundada em considerável receita tributária, dando origem ao chamado Estado do Bem-Estar Social. Este era fundamentado nas idéias keynesianas em defesa da intervenção estatal para equilibrar oferta e demanda, por meio da ampliação da oferta de serviços públicos universais (educação, saúde, moradia etc.) e regulação monetária. Ao mesmo tempo, tais políticas propiciavam uma alternativa ao socialismo que à época se expandia e seduzia os trabalhadores (HOBSBAWM, 1995).

1980: redução da atuação do Estado, no que concerne à oferta de serviços públicos, cobrança de impostos às empresas, patrimônio público e regulação da relação capital-trabalho e da dinâmica geral da economia. Segundo BRESSER-PEREIRA & GRAU (1999), em decorrência destas reformas caem o Estado do Bem-Estar Social nos países desenvolvidos, o Estado Desenvolvimentista nos países em desenvolvimento e o Estado Comunista, inserido também este último na crise fiscal que obrigada a forte redução de gastos públicos. Da crise ressurgem soluções de inspiração ortodoxa, agora com feição neoliberal: liberalização dos fluxos de capital financeiro, flexibilização do câmbio, abertura comercial, privatizações e terceirização das atividades estatais inauguram uma nova *governance* que, para NOVY (2002), é caracterizada pela descentralização da ação do Estado. Este delega ao setor privado e à sociedade civil a responsabilidade pela oferta dos serviços públicos, os quais passam a incorporar caráter de mercadoria.

A retração da atividade estatal que propiciou a ampliação da atividade das empresas e da sociedade civil organizada no campo dos serviços públicos e do atendimento de necessidades de grupos sociais específicos, para BRESSER-PEREIRA & GRAU (1999) corresponde à democratização e pluralização da representação política, na medida em que é possibilitada a ampliação do espaço público não-estatal, que para estes autores comporta o que chamam de atividades de interesse público sem fins lucrativos. Como era de se esperar, tais reformas foram objeto de grandes controvérsias. A sociedade civil é reduzida daquilo que defendia Hegel (tudo que não é Estado), para se tornar o denominado Terceiro Setor (categoria que se situa entre o Estado e o Mercado), ganhando força difusa na provisão dos serviços públicos emblemática pelas ONGs (Organizações Não-Governamentais), tornando-se, segundo NOVY (2002), parte do Estado ampliado (Estado + Sociedade Civil).

A lacuna deixada pelo Estado fortalece o projeto político da empresa multinacional, que se delineava já durante o regime fordista. A liberalização do câmbio e da circulação de capitais através dos mercados nacionais, a intensificação da globalização e a difusão mundial dos efeitos da crise apenas facilitaram a ação empresarial no território, permitindo às corporações conquistar ainda maior competitividade e poder de barganha. A política das empresas (SANTOS, 2000) se estabelece, desta forma, num mundo em que o Estado nacional não dispõe de mecanismos efetivos de controle sobre o grande capital, de um lado, e em que inexistente uma governança global, supranacional, instituída e legitimada, de outro. É neste cenário de relativa anarquia que as multinacionais vão estabelecer seu projeto corporativo, adicionando uma face política e outra social à já consolidada face econômica.

A construção da “dimensão social” da empresa, através da responsabilidade social, tem como objetivo assegurar a ampliação da sua força política, oferecendo à corporação a legitimidade social que falta à sua dimensão econômica, falta esta que fragiliza a empresa frente às outras esferas da sociedade, tais como o Estado e a sociedade civil. Entretanto, legitimidade não é tudo nesse sistema global. O poder é distribuído no mundo segundo elementos necessários aos atores que se propõem a conduzir suas práticas nos territórios. DETOMASI (2007) destaca duas outras, além da legitimidade: *accountability* (capacidade técnica e financeira) e *enforcement* (“poder de persuasão”). O autor esclarece que os diversos atores no sistema mundo não são capazes de proverem sozinhos todos esses elementos, contudo, é a grande corporação que mais agrega força e poder atualmente. Esses elementos permeiam as diversas escalas de poder, desde o global até o local, sendo o poder exercido de modo articulado entre as organizações sociais, as empresas, os organismos multilaterais e os governos.

Sendo assim, em sua estratégia de expansão, que compreende atuação em múltiplas localidades, a grande empresa providencia os recursos de que necessita: de um lado, os recursos materiais e imateriais de ordem informacional e, de outro, as alianças com atores locais que auxiliarão a construção da legitimidade para promover a aceitação de sua intervenção sobre o território, em que pese os efeitos “colaterais” que vier a causar. De fato, se os serviços de informação e comunicação estão no cerne dos processos econômicos, cujos fluxos são orientados para apenas algumas partes do território, produzindo concentração espacial das atividades em centros nodais dados (as chamadas cidades mundiais e outras de alta centralidade), despenca a importância de cidades e regiões por onde o fluxo de informações não encontra condições para se realizar, submetendo a gestão do território à reprodução do capital e acentuando disparidades, em decorrência, assim, de estratégias especificamente espaciais que compõem o ajuste à crise realizado pela firma (CORREA, 1996).

Contudo, argumenta FERNANDES (2001), ocorreria no sentido inverso dessa concentração uma desconcentração das unidades produtivas das firmas, característica do regime de acumulação flexível que substituiria o fordismo. Dessa forma, ao lado da rede do comando, observa-se a rede da produção que, diferentemente da primeira não é hierárquica, mas sim especializada segundo as diversas atividades da empresa, apresentando um padrão convergente no beneficiamento da matéria-prima e outro divergente quanto ao produto final, sendo dessa forma mais complexa, como defende CORRÊA (1996). Neste contexto, cresce a influência da visão da escala local como aquela responsável pela codificação da vida cotidiana e regulação da atividade produtiva, em substituição à escala nacional típica do período fordista. A política de

desenvolvimento abandona suas bases regionais, pois a corporação já não depende mais dela (BECKER, 1986), aumentando a relevância do ambiente local para o desenvolvimento. As redes globais e locais passam visivelmente a ser componentes de uma geometria organizacional em que as relações local/global são presididas pela informação e pela gestão do território pelas empresas, por meio das quais os fluxos externos chegam à escala local.

Para superar a crise, as empresas precisam passar adiante os prejuízos e a desvalorização do capital, ampliando a produtividade, os ganhos financeiros, reduzindo os custos e expandindo mercado (FERNANDES, 2001). Cresce, portanto, a procura por ambientes mais favoráveis às transferências cambiais e ao barateamento dos custos de mão-de-obra, encontrados principalmente nos países subdesenvolvidos. Estes, por sua vez, atingidos pela crise mundial especialmente nas suas contas externas e na capacidade de investimento público, movimentam-se para atrair os investimentos estrangeiros e recuperar os níveis de emprego (BECKER, 1986). O movimento de interesse das empresas pelos lugares promove uma competição entre esses pela atração de investimentos, transformando as cidades em mercadoria no processo de valorização do capital em escala global. A intermediação da corporação com o local é feita por meio da administração urbana, que vai tentar, aos moldes da “máquina urbana de crescimento” (Molotch & Logan *apud* FERNANDES, 2001), divulgar os predicados de uma cidade competitiva, harmoniosa e sem conflitos para atrair investidores. Tudo em troca de uma suposta geração de emprego e renda, que acaba, contudo, por atender aos interesses de uma elite urbana além dos capitais locais fixos ou rentistas, isto por ser uma atividade custosa aos cofres públicos, tanto pelas isenções fiscais oferecidas ao grande capital, quanto pela infra-estrutura e mesmo benefícios financeiros adiantados⁴.

Mas a relação entre o local e a grande corporação que ocorre neste processo é essencialmente assimétrica, pois as empresas, ao ignorarem problemas regionais ou locais, usam o capital social regional em seu benefício, potencializando a disparidade ali existente entre o econômico e o social. Ao contrário, defende Swyngedouw (*apud* FERNANDES, 2001), deve-se às políticas macroeconômicas da escala nacional os maiores efeitos sobre o emprego agregado, que ao empreendedorismo urbano. Além do que, em tempos de crise econômica, a assimetria observada gera mais tensão social, manifestada especialmente na escala local (BECKER, 1986),

⁴ As elites urbanas se articulam para criar coalizões de crescimento (FERNANDES, 2001) que, vinculadas aos governos locais, auferem vantagens a partir do uso do solo urbano, reconfigurando partes da cidade de modo a criar ambientes favoráveis aos investimentos e, simultaneamente, concretizar os interesses dos agentes locais em valorizar seus ativos imobiliários.

bem como a subordinação dos governos das cidades aos organismos multilaterais, como o Banco Mundial e o FMI⁵.

A Responsabilidade Social da Empresa vem sendo construída como parte desta trajetória de ajuste à crise que o capitalismo contemporâneo tem atravessado, e mostra uma territorialidade fortemente baseada no espaço urbano, pois este ambiente propicia condições favoráveis à ação empresarial, agregando as melhores infra-estruturas e uma fragmentação territorial que facilita seu projeto político. A grande empresa depende da RSE para se legitimar diante de uma estrutura social desigual, heterogênea e fragmentada que é acentuada pelo processo de sua própria expansão global.

Responsabilidade Social Empresarial

Conceitos e Teorias

A idéia de responsabilidade dos homens de negócios já tem certa data e está ligada nos seus primórdios à filantropia de base religiosa no começo do século XX. Denúncias de práticas anti-sociais contra empresas nos Estados Unidos induziram-nas no começo do século passado a ponderar uma responsabilidade social além ou em paralelo à busca por lucros (POST *et. al.* 1996). No Brasil o desenvolvimento das ações sociais também se deu sob a influência da filantropia, com as idéias de moral e custódia, sendo exercido pelo empresariado ações de cunho extremamente paternalista e que buscavam minimizar o conflito capital/trabalho.

Durante o século várias denominações foram dadas (investimento social privado, filantropia corporativa, etc) (PEREIRA, 2007) assim como a produção teórica ao assunto, que acompanhou as mudanças no cenário econômico mundial e nos paradigmas contemporâneos. Foi, então, nos anos 70 do século passado que as transformações foram catalisadas pela crise econômica. Como já visto o novo arranjo produtivo passou a demandar também um comportamento diferenciado das empresas, predominantemente as multinacionais que Detomasi (2007) se refere quando discorrido sobre suas atribuições políticas. Ação emblemática citada por Post (*et. al.* 1996) foi a publicação nos EUA de uma lista de prioridades sociais pelo Comitê de

⁵ Na perspectiva das instituições multiplatareas, grandes corporações e seus aliados locais, tais estratégias criam um ambiente de qualidade de vida e propicia governos eficientes que elevariam a competitividade e a capacidade da cidade de contrair empréstimos diretamente aos bancos internacionais, conferindo à escala local certa autonomia frente ao governo nacional. Exemplos destas políticas são encontrados no portfólio do Banco Mundial, cujas dimensões refletem a lógica predominante: *livability* (qualidade de vida e desenvolvimento humano), *competitiveness* (boas práticas de gestão governamental) e *bankability* (capacidade de levantar recursos financeiros) (World Bank, 2000).

Desenvolvimento Econômico (grupo de 200 maiores executivos), sendo umas das primeiras recomendações para programas de RSE, incluindo ações nas áreas de educação, emprego, saúde, meio ambiente e renovação urbana, demarcando uma forma moderna de prática social pelas empresas.

Os conceitos e teorias são diversos, mas apreendem sempre um público alvo, os *stakeholders*, compreendidos como todo grupo afetado ou influenciador por/das decisões políticas e operacionais das empresas (POST *et. al.* 1996). Deve-se, então, ser considerado os diferentes interesses e demandas, assim como o grau de poder no que Post chama de coalizão de *stakeholders*. Mas de fato quem seriam essas partes interessadas? Quais são esses grupos e seus interesses? Uma primeira concepção de *stakeholder* se restringia aos empregados, consumidores e acionistas, o que hoje é superado pela abordagem de *stakeholders* primários e secundários, que vão desde os consumidores, empregados e fornecedores, que estabelecem relações mercantis, até relações não mercantis tais como com a mídia, o governo local e comunidades locais (POST *et. al.* 1996). Opondo, dessa forma, as relações de mercado às de não-mercado, consideramos as conseqüências da primeira para a última, inseridas no âmbito do território usado, aquele que vai ser imprescindível para a vida de dois atores, o cidadão e o consumidor.

Com a ampliação da concepção dos *stakeholders*, passou-se primeiro da idéia do “*double bottom line*” (responsabilidade econômica e social), para a adição de um terceiro elemento para compor o tripé que embasa a responsabilidade social: o meio ambiente. Esta abordagem ganha força e dimensão com a idéia de desenvolvimento sustentável, difundido com a publicação de um documento da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU em 1987 chamado “Relatório Brundtland”, sendo tal documento de abrangência maior, tendo como público alvo governos e outras instituições sociais além do mundo corporativo, apesar de ser este último o que mais precisa se adaptar para ratificar os termos do relatório (CORNELIUS *et. al.*, 2008). Acompanhando tal abordagem o Instituto Ethos considera a Responsabilidade Social como “*a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais*”. Solidifica-se, dessa forma, a *triple bottom line* (econômico, social e ambiental ponderações) que norteiam as ações contemporâneas de Responsabilidade Social Empresarial.

O processo já discorrido sobre a reorganização corporativa no mundo e sua redefinição territorial já dá um sinal sobre sua motivação para o exercício da RSE, ação na qual está em jogo

competitividade, lucro e poder. Garriga & Melé (2004) em trabalho que se debruçou a esmiuçar as teorias desenvolvidas sobre RSE, categorizou-as em teorias instrumentais (lucro e eficiência econômica), políticas, integrativas (satisfação das demandas sociais) e éticas, com especificidades divergentes, mas com certas generalidades. Uma maior divergência se dá pelas idéias do liberal Milton Friedman, que compartilha das teorias instrumentais, considerando que a única responsabilidade da empresa para com a sociedade é a maximização dos lucros para os acionistas (*apud* GARRIGA & MELÈ, 2004). Contudo, outros autores instrumentais consideram o atendimento às demandas sociais desde que essas produzam lucros, sendo o conjunto de *stakeholders* mais um **instrumento** para a ampliação dos resultados econômicos, inserindo a parcela menos favorecida da população no seu grupo de consumidores, utilizando-se de matéria-prima “sustentável” e outros artifícios para a criação de uma imagem positiva. Já com relação à política se destaca a “empresa cidadã” empregada por Matten (*et. al.* 2003) como preenchimento da lacuna deixada pelo Estado (*apud* GARRIGA & MELÈ, 2004). Contudo é questionável a capacidade da empresa de gerar cidadania, fato melhor compreendido quando tomamos conta das suas limitações. As teorias do domínio da “integração” entre firma e sociedade se dirigem a uma responsabilidade pública, transferindo as políticas públicas do âmbito governamental para as empresas, sendo a eficiência econômica dessas ações o lastro de mensuração da performance empresarial, cuja visão estratégica responde à demanda social para legitimar-se, sendo necessário a ampliação de uma performance social, estabelecendo, no fim das contas, mais poder e eficiência à empresa para garantir sua competitividade. Por fim, as questões éticas estão, em certa parte, ainda vinculadas às idéias filantrópicas, entrelaçadas às filosofias religiosas. Contudo, autores como Donaldson & Preston (1995) (*apud* GARRIGA & MELÈ, 2004) abordam sobre o valor intrínseco a cada *stakeholder*, seus interesses, substantivos ou não, e a relação de reciprocidade da empresa como uma atitude ética. Os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável seguem no mesmo compartimento teórico, havendo de se tomar as conquistas sociais e o suporte ecológico como elementos ponderáveis na tomada de decisão das empresas.

Uma política nova

É possível notar até aqui o papel primordial da empresa na contemporaneidade, de aspecto primordialmente político, deflagrando seu poder de decisão no território. A política das empresas rouba a cena do Estado, e compartilhando dos escritos de SANTOS (2000), é ela hoje quem comanda a globalização permeada pelo que o autor citado chama de tirania do dinheiro e da informação. Fica claro, assim, que as ferramentas utilizadas pelas empresas para efetivar a RSE vão estar diretamente entrelaçadas a estes dois dados. O espaço de fluxos a que se refere

CASTELLS (1999) é composto primordialmente de fluxos de informação, e que a empresa vai utilizar para impor suas técnicas e normas de maneira persuasiva. Daí tomemos o Balanço Social, os Prêmios e Certificações, as Consultorias e Organismos Multilaterais e o Marketing como mecanismos para difundir as ações sociais em busca de legitimar-se no exercício de poder, assim como explicitado por DETOMASI (2007).

O Balanço Social é uma das ferramentas utilizadas para propagar a política das empresas, sendo instrumento protagonista da publicização das ações empresariais. É uma prestação de contas daquilo que a empresas faz por Responsabilidade Social, sugerindo a transparência do seu trabalho. Contudo, a não padronização fragiliza o uso dessa ferramenta pelo interesse público, servindo, muitas vezes, de material persuasivo. O IBASE (Instituto Brasileiro Análises Sociais e Econômicas) é o grande sistematizador da idéia do balanço social no Brasil, buscando por uma padronização que clareie as informações, tornando-as seguras (PEREIRA, 2007). Os prêmios e certificações servem como reconhecimento das ações sociais das empresas, apontando modelos a serem seguidos e buscando as ações de excelência. Têm o efeito de acirrar a competitividade entre as empresas, que buscam legitimidade nas certificações, sofisticando suas ações e seus balanços sociais para atingirem melhores colocações e certificados internacionais. O Selo do Balanço Social do IBASE passou a ser no Brasil o de maior importância, mas de pioneirismo midiático o Selo Empresa Amiga da Criança da Fundação Abrinq foi o que mais teve relevância, além de várias outras premiações pelo país promovidas por prefeituras, ONG's, etc. Há também as normas e certificações internacionais que são muito importantes, principalmente para aquelas empresas que pretendem exportar. Nesse contexto internacional as normas mais importantes são a da ISO (*International Standard Organization*) e a SA 8000, relacionada às condições de trabalho e ligada ao OTI (Organização Internacional do Trabalho), além das políticas mundiais da ONU.

Há, então uma difusão internacional emuladora das ações de RSE através não só de prêmio e certificações, mas com políticas exercidas tanto pela ONU, a exemplo do *Global Compact*, documento que trata dos direitos humanos, trabalho e meio ambiente, com de outros organismo tal como o Banco Mundial, que no ano de 2003 publicou o documento (*Public Policy for Corporate Social Responsibility*), tratando de sugestões a governos para a elaboração de políticas que estimulem e ampliem a difusão da RSE. No fim das contas o marketing se apresenta como o mecanismo final para difusão daquilo que se apresenta como de fato a política das empresas.

Se as empresas permeiam o território com tais artificios e integram o cotidiano das pessoas e dos lugares, quais são suas fragilidades e suas limitações? Detomasi (2007) relaciona

além da legitimidade, o fato de suas ações serem geralmente dispersas, o pouco conhecimento específico sobre o setor público e problemas de ação coletiva, o que parece concordar Post (*et. al.*1996) quando este adiciona os custos, a eficiência e a complexidade dos objetivos, atentando para a incapacidade de as empresas atingirem a todos, gerando descontinuidades nas suas ações, o que desqualifica seu agir como política pública, pois falta às empresas a visão holística necessária à prática da política (SANTOS, 2000).

Formas de atuação no território

Numa seleção de textos organizados no livro “Território: Globalização e Fragmentação” de 1998, autores como Milton Santos, Roberto Lobato Correa e Georges Benko, dentre outros, tratam dos fenômenos espaciais neste momento da história sócio-econômica. O território, enquanto objeto de análise, passa a ser compreendido na dinâmica intensa de territorialização, desterritorialização, re-territorialização e fragmentação. As empresas, são, como já visto, os atores principais e vão agir nesse espaço permeado por fluxos e organizado em redes. É a combinação das redes com o espaço banal (espaço de todos), das horizontalidades e verticalidades que vai gerar o acontecer nos lugares. Milton Santos (1998) apresenta três acontecimentos: o homólogo, o complementar e o hierárquico. Nesse espaço de fluxos de informação é no acontecer hierárquico que as relações vão ser mais verticais, onde a informação é privilegiada, o controle está nos grandes centros urbanos mundiais e há a primazia das normas e da política. A RSE está diretamente inserida no território de acordo com tais formas do “acontecer” e estabelecem uma ligação com o lugar e a comunidade dentro de certo grau de horizontalidade e verticalidade.

Para compreender a organização territorial das ações de Responsabilidade Social é necessário estar ciente que elas são, além do mais, elementos das territorialidades das empresas. Roberto Lobato (1992) ao tratar do território da Souza Cruz, indústria de celulose e tabaco, analisa as ações territoriais dessa empresa enquanto: seletividade espacial, fragmentação espacial, antecipação espacial, marginalização espacial e reprodução da região produtora. De todas essas ações a Responsabilidade Social pode servir de ferramenta como também ser a causa de tais territorialidades. O próprio Roberto Lobato cita uma ação da Souza Cruz que se qualifica como RSE, mas que passa despercebido pelo autor. O projeto do jornal “Clube da Árvore” que visa à preservação ambiental, e que em suas edições estimula a permanência dos jovens na área rural, garantindo mão-de-obra para a empresa, é, sem dúvida, um exemplo bastante curioso.

Ao identificar a RSE enquanto territorialidade é mister compreender em que parte do território de cada empresa é executada, e esta investigação é complexa, pois depende de fatores diversos como a motivação, os recursos e a relação da empresa com o território. Como já

comentado as corporações criam, cada uma, sua própria integração territorial, que é distintamente produtiva e administrativa. Essa integração territorial é melhor esclarecida por Georges Benko (1998) ao comentar da urbanização na globalização que vivemos, tratando da convergência nas cidades-mundiais da gestão dos serviços das corporações. Estes são de duas naturezas, os diretamente ligados à produção, que são produtos e processos que se localizam nas interconexões espaciais do consumo e produção, e os indiretamente ligados à produção, tais como consultoria financeira e administrativa, e marketing, que se localizam nas áreas centrais da rede internacional de comando, ou seja, são os tipos de serviços mais próximos à alta hierarquia urbana. Estes dois tipos de serviços (produtivos e administrativos) combinam com as duas integrações territoriais propostas por Roberto Lobato, levantando algumas questões. Se a RSE está estreitamente ligada ao marketing da empresa e sua apreciação política, e se essas atividades ocorrem nos limites da integração territorial administrativa devemos supor que a Responsabilidade Social deve ocorrer nas grandes cidades mundiais e nas subseqüentes cidades da alta hierarquia urbana. Contudo, é empírico o fato de que esta atividade ocorra em lugares diversos, tanto em pequenas cidades, como também no meio rural e em atividades diretamente vinculadas às vantagens produtivas da empresa. Dessa forma, fica claro que a RSE não se restringe apenas à integração territorial administrativa, mas está estritamente subordinada a esta, pois são os centros urbanos mais hierarquizados que comandam e fazem a gestão da estratégia da ação social da empresa, autorizando a cada lugar uma combinação específica de horizontalidades e verticalidades que irão constituir o acontecer complementar ou hierárquico em dada parcela do território.

Em trabalho pioneiro na sistematização da Responsabilidade Social no território brasileiro, trazendo o debate para a geografia, Evelyn Pereira (2007) indicou três tipologias para a atuação das empresas no território através da Responsabilidade Social. Ações concentradas, pontuais e dispersas, todas considerando certo grau de imersão territorial de tais atividades e indicando a interação da RSE seja com as áreas de produção, seja com os comandos da administração. As ações concentradas são aquelas dispostas nas áreas de maior proximidade das empresas, visando fortalecer os vínculos com a comunidade, construindo uma identidade com o lugar, que pode estar disposta a efetivar certas práticas espaciais descritas por Roberto Lobato (1992) como a antecipação espacial, que é a chegada estratégica da empresa em certo lugar, antecipando uma vantagem prevista a curto prazo, o que pode propiciar a criação de relações mais horizontais com o lugar preparando-o para a atividade lucrativa e proporcionando à empresa a legitimação, já apresentada como uma das fragilidades desta para atuar no espaço. Já as ações pontuais são inerentes a empresas com diversas unidades produtivas, incluindo as multinacionais,

produzindo atividades sociais no diversos lugares em que está presente, não necessariamente da mesma forma, mas subordinadas à mesma estratégia e conjunto de valores da empresa no seu todo e assim como as ações concentradas estão mais próximas da integração territorial produtiva da empresa. Por fim as ações dispersas são comuns a empresas de serviços bastante difusas no território e que selecionam determinados lugares para suas atividades sociais, sendo pelo seu caráter amplamente seletivo espacialmente (uma das territorialidades indicadas por Roberto Lobato) a forma de ação mais verticalizada e produtora de um acontecer hierárquico.

A predominância no espaço urbano

Dessas três formas de atuação pela RSE é a ação concentrada a mais antiga, e que acompanhou no caso brasileiro o processo de urbanização, além do fato de se concentrar na comunidade próxima às empresas, predominando assim no ambiente urbano. Desde o começo do século XX a RSE foi se constituindo através das vilas operárias, cidades-empresa que asseguravam ao trabalhador serviços básicos e o garantia próximo do local de trabalho, propiciando o controle sobre a mão-de-obra pelo empresário. Várias cidades se desenvolveram a partir de vilas operárias, desde São Paulo, onde isto ocorria com bastante frequência nos estabelecimentos industriais, até mesmo nos engenho de cana do Nordeste e áreas mineradoras.

Um segundo momento, que Evelyn Pereira (2007) apresenta ocorre após a implantação das leis trabalhistas e da difusão do sistema “S” (SENAI, SENAC, SESI, SESC, SEBRAE) que irá formar a mão-de-obra para o empresariado da nação brasileira em anos de crescimento industrial. Até este momento as ações se concentravam nas cidades, até mesmo por acompanharem o processo de urbanização do território brasileiro. Com as mudanças na economia mundial, a multilocalização da produção e a ampliação do espaço de ação do capital para além fronteiras nacionais surgem as ações pontuais e dispersas. Contudo, as ações concentradas não desaparecem, e são praticamente a totalidade das ações das pequenas e médias empresas. Tratam da comunidade territorialmente próxima, definindo muitas vezes as prioridades do lugar (POST *et al.*, 1996), mais ainda assim produzem relações mais horizontais do que as demais ações. Diferentemente destas as ações dispersas, com seu alto grau de seletividade são extremamente verticais, e muitas vezes agem através de repasses a instituições do terceiro setor, sem, no entanto trabalharem as necessidades dos *stakeholders* do lugar onde agem. É o caso de projetos como o da CCE que na venda de computadores em todo o Brasil arrecada dinheiro para instituição filantrópica de apenas algumas cidades e do exemplo apresentado por Evelyn Pereira do McLanche Feliz

Apesar das divergências uma semelhança é encontrada em todos os tipos de ações propostas por PEREIRA (2007) que é a concentração na área urbana, tal característica que motiva este presente trabalho. Apesar da pesquisa do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) sobre ação social das empresas no comparativo 1999-2003 ter observado que no Nordeste e Sudeste do Brasil são os setores da agricultura, silvicultura e pesca (supostamente fora da área urbana) que saem na frente, em termos absolutos só significam menos de 7% das ações no país. Consequentemente há uma concentração das atividades sociais nas áreas (grandes centros urbanos) que já agregam melhor infra-estrutura, não atingindo necessariamente a população mais carente. Daí pode-se constatar certas práticas espaciais condizentes com os fenômenos urbanos contemporâneos já citados, como o empreendedorismo urbano e o desenvolvimento local.

Um caso bastante comum às cidades desde a década de 80 é a revitalização dos centros urbanos. Em Recife, uma das grandes metrópoles do país várias ações de empresas se propuseram à recuperação do centro da cidade e à atividades sociais. Uma empresa de tintas criou um projeto de recuperação de fachadas juntamente com a Câmara dos Dirigentes Lojistas – CDL da cidade propondo recuperação estética, valorização do espaço e ampliação dos negócios e consequentemente de empregos. Casos semelhantes ocorrem em diversas partes do mundo, inclusive nos Estados Unidos, onde a recuperação de certas áreas se põe a diminuir a criminalidade, o que muitas vezes é em vão, além de não se estabelecer apenas nos centros urbanos, pois acompanham o fenômeno americano dos subúrbios, provocando o que é chamado “*urban sprawl*” ampliando a comunidade das empresas para tais áreas (POST, *et. al.* 1996).

Já com relação ao desenvolvimento local, mais do que na estratégia urbano-competitiva, a Responsabilidade Social se dá como prática territorial. Principalmente nas áreas em que o processo emulador se dá pela inovação baseada na produção do conhecimento e nas relações específicas de flexibilidade da mão-de-obra e de empresas que se articulam em rede como descrito por Castells (1999). Nesses meios inovadores características sociais tais como municipalidade (participação na vida política local) e capital social norteiam as ações sociais das empresas agregando à lógica local o que as teses marshallianas já tratavam, a combinação de externalidades econômicas (*mercantis*) e externalidades socioculturais (*não-mercantis*) (CONTI, 2005). Consideramos, dessa forma, as atividades fomentadoras do aprendizado coletivo nos meios inovadores enquanto ações sociais, ou seja, RSE, como no caso da inclusão digital e do amplo papel educacional e cultural, como o estímulo ao empreendedorismo, que pretendem garantir a formação de mão-de-obra qualificada e ampliar o mercado consumidor para as camadas mais pobres da sociedade urbana, utilizando-se do capital social existente em potencial. Isto é sem

dúvida uma prática espacial associada à Responsabilidade Social que pretende, segundo os termos de Roberto Lobato, reproduzir a região produtora, dotando tal espaço da capacidade de produzir e interagir no sistema produtivo atual, inovador, flexível e competitivo.

Conclusões

Retornando à combinação dos vetores verticais e horizontais esclarecemos a proposta aqui apresentada de entendimento da Responsabilidade Social Empresarial como prática espacial predominante no ambiente urbano, e ferramenta atual das empresas nas suas territorialidades. É preciso ainda ressaltar a complexidade da análise espacial, devido à multiplicidade de interesses das empresas, do aparato técnico, do seu grupo específico de *stakeholders* e do ambiente econômico em vigência. Diante desta forma descontínua de política alertamos para as fragilidades dessas ações e o quanto o aspecto seletivamente espacial pode ser prejudicial à medida que ações do governo se deixam substituir por práticas empresariais e do terceiro setor. O caso atual de crise econômica é motivação de estudo, pois as ações de RSE interferem no orçamento das empresas e provavelmente estão sofrendo cortes orçamentários, o que acaba por ampliar a fragilidade dos grupos atendidos.

O trabalho apresentado amplia assim o debate da Responsabilidade Social Empresarial para os interstícios geográficos, e desse esforço de análise ratificamos as condições dos lugares cada vez mais subordinados às lógicas globais por ferramentas cada dia mais aperfeiçoadas e das quais inclui a RSE. O conflito espacial apresentado por Milton Santos entre as redes e o espaço banal, sendo este o espaço de todos, das empresas, dos cidadãos e das instituições, nos apresenta uma realidade com imperativos que pouco contribuem para a cidadania, mas que alertam que *"...além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns."* (SANTOS, 1998).

Bibliografia

BECKER, Bertha K. *Uma proposta para reflexão sobre região*. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, Anais. Campo Grande, 1986.

BENKO, G. *Organização econômica do território: algumas reflexões sobre a evolução no século XX*. In: SANTOS, M. *et. al.* (Orgs) Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1998.

BRESSER, L. C.; GRAU, N. C. *Entre o Estado e o Mercado: O Público Não-Estatal* In: Bresser-Pereira, L.C. e Nuria CunillGrau, (Orgs.) *O Público Não-Estatal na*

- Reforma do Estado*. Rio de Janeiro: Editora FGV, : 15-48, 1999.
- CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CONTI, S. Espaço Global versus Espaço *Local*: perspectiva sistêmica do *desenvolvimento local*. In C. C. Diniz e M. B. Lemos, *Economia e Território*, Ed. UFMG, pp. 253-286. 2005.
- CORNELIUS, N. *et. al. Corporate Social Responsibility and Social Enterprise*. *Journal of Business Ethics* 81:355–370, 2008.
- CORREA, R. L. *Corporação, práticas espaciais e gestão do território*. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.54, n. 3, jul/set 1992.
- DETOMASI, D. A. *The Multinational Corporation and Global Governance: Modelling Global Public Policy Networks*. *Journal of Business Ethics*. 71:321 – 334, 2007.
- FERNANDES, A C. *Da reestruturação corporativa à competição entre cidades: lições urbanas sobre os ajustes de interesses globais e locais no capitalismo contemporâneo*. In *Espaço e Debates*, 41: 26-45. 2001
- FERNANDES, A C e LIMA, J P R. Cluster de serviços: contribuições conceituais a partir de evidências do pólo médico do Recife. In *Nova Economia*, 16 (1): 11-47. 2007
- FERNANDES, A C e CANO, W. *O movimento do pêndulo: justiça social e escalas espaciais no capitalismo contemporâneo*. In C. C. Diniz e M. B. Lemos, *Economia e Território*, Ed. UFMG, pp. 253-286. 2005.
- GARRIGA, E., & MELÉ, D. *Corporate social responsibility theories: Mapping the territory*. 53(1-2), 51. 2004
- HOBBSAWM, E 1995 *Age of Extremes. The short Twentieth Century 1914-1991*. London, Abacus, 3a. edição.
- NOVY, A. *A des-ordem da periferia*. São Paulo: Vozes, 2002.
- PEREIRA, E. A. A. *A empresa e o lugar na globalização: A “Responsabilidade Social Empresarial” no território brasileiro*. Dissertação de mestrado do departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, 2007.
- POST, J.; FREDERICK, W. C.; LAWRENCE, A. T.; WEBER, J. *Business and Society: corporate strategy, public policy, ethics*. New York: McGraw – Hill, 1996.
- SANTOS, M. *O retorno do território*. In: SANTOS, M. *et. al.* (Orgs) *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- _____ *Por uma outra globalização*. Rio Janeiro e São Paulo: Record, 2000.
- WORLD BANK. *World Bank and Urban and Local Government Strategy*. The World Bank Infrastructure Group Urban Development. Washington, D. C., 2000.
- _____ *Public Policy for Corporate Social Responsibility*. World Bank Institute. July 7 – 25, 2003.

